

# Reverência a um paradigma em crise: história monumental do jornalismo nos EUA

Nuno MANNA<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse trabalho desenvolve uma problematização das bases de um paradigma jornalístico dominante – paradigma que vem tendo sua crise anunciada nas últimas décadas – explorando sua gênese na cultura midiática, política e intelectual dos EUA. A partir da eleição de um monumento erguido em homenagem à imprensa estadunidense como porta de entrada – a estátua de Thomas Jefferson na entrada da escola de jornalismo da Columbia University – destrinchamos significações que por ele se articulam. O objetivo da análise é levantar fundamentos históricos que sustentam tal monumentalidade, evidenciando as contradições e fragilidades que existem na própria base do pensamento histórico de tal paradigma.

**Palavras-Chave:** História. Paradigma jornalístico. Monumentalidade.

## Reverencia a un paradigma em crisis: historia monumental del periodismo en los Estados Unidos

**Resumen:** Este trabajo desarrolla una problematización de las bases de un paradigma periodístico dominante – un paradigma que ha tenido su crisis anunciada en los últimos decenios – explorando su génesis en la cultura mediática, política e intelectual de los EEUU. A partir de la elección de un monumento erguido en homenaje a la prensa estadunidense como puerta de entrada para nuestra reflexión – la estatua de Thomas Jefferson en la entrada de la escuela de periodismo de Columbia University – levantamos las significaciones que desde ahí se articulan. El objetivo del análisis es levantar fundamentos históricos que sostienen tal monumentalidad, eviden-

<sup>1</sup> Doutorando em comunicação pela UFMG com estágio doutoral na Columbia University, e jornalista. nunomanna@gmail.com

ciando las contradicciones y fragilidades que existen en la propia base del pensamiento histórico del paradigma.

**Palabras clave:** Historia. Paradigma periodístico. Monumentalidad.

É verdade! – nervoso – , eu estava assustadoramente nervoso e ainda estou; mas por que você diria que estou louco? A doença tinha aguçado os meus sentidos – não destruído –, não amortecido. Acima de tudo, aguçado estava o sentido da audição. Eu escutava todas as coisas no céu e na terra. Eu escutava muitas coisas do inferno. Como posso estar louco? Ouça com atenção! E veja com que sanidade, com que calma sou capaz de contar a história inteira.

(Edgar Allan Poe, *O coração denunciador*)

## Apresentação: crise

A crise, bem como a revolução, é filha da modernidade. Ambas são articulações temporais possíveis somente dentro de um regime que se baseia na experiência moderna da ordenação do tempo que se acelera, do percurso que avança, da sociedade que progride. Não por acaso, a noção de um ou outro foi largamente acionada para caracterizar certas circunstâncias na história social das mídias, que sempre ocuparam lugar central nos projetos modernos.

Vivenciamos, nas últimas décadas, uma particular e complexa agitação em torno do cenário midiático, sua ecologia e suas relações de saber e de poder, que vem sido recorrentemente, em relação ao jornalismo especificamente, classificada como uma crise (ALMIRON, 2010; FULLER, 2010; SCHLESINGER, 2006; STARR, 2012; YOUNG, 2012; entre outros). É difícil rastrear o momento inicial em que tal crise foi anunciada nos estudos do jornalismo, em primeiro lugar, justamente pelo fato fundamentalmente ignorado pelos alarmistas: o de que a história do jornalismo, como a de qualquer fenômeno histórico, é absolutamente heterogênea, irregular e habitada por inúmeras “crises”. Em segundo, pelo curioso nó que faz de um mesmo conjunto de fenômenos crise para uns, revolução para outros. É claro que é preciso reconhecer uma complexa e interessante circunstância que caracteriza o cenário midiático contemporâneo

e os desafios que ele impõe ao jornalismo, em meio à articulação de fatores culturais, políticos, tecnológicos e econômicos. Para compreendê-la, no entanto, é preciso fugir de armadilhas que nos atrapalham a compreensão dos fenômenos comunicacionais. A miopia histórica é a primeira delas.

O discurso recente da crise do jornalismo é especialmente problemático – e, para nós, interessante – porque ao negligenciar a historicidade do fenômeno, ele não só deixa de lado todas as contingências que marcaram seu percurso histórico, mas ignora que o fenômeno é ele mesmo contingente. Quando presumimos uma crise no jornalismo, de que jornalismo estamos falando? A pergunta que pode parecer, a princípio, tão ordinária, merece ser levada adiante.

Para muitos, a “clássica” definição geral de Otto Groth (1928-30) que caracterizava um conjunto de práticas no início do século XX (o jornal seria, para ele, aquele produto estável, de publicação de periodicidade no mínimo semanal, disponível para qualquer um disposto a adquiri-lo, que aborda questões gerais de interesse público, etc.) continua bastando para dizer da natureza, essencial ainda que vaga, do jornalismo. De maneira ainda mais premente, outros tantos simplesmente superpõem a norma sobre o fenômeno: é uma ética ou uma deontologia do jornalismo, tal como compreendidas por certas comunidades, que parece se colocar em risco. A suposição da crise, portanto, geralmente subjuga silenciosamente o que o jornalismo é e foi enquanto prática humana circunstancial e heterogênea pelo que o jornalismo deve ser e deveria ter sido.

Em seu estudo sobre as diversas variáveis que vem assombrando o campo jornalístico, Peter Dahlgren (2009) destaca que há uma questão fortemente institucional em jogo, onde a própria definição do que deve ser considerado jornalismo encontra-se turva. É, portanto, um certo “paradigma tradicional de jornalismo” que estaria em crise. Trata-se de um modelo de jornalismo

[...] que se propõe a representações precisas e imparciais da realidade que existe independentemente de sua narração, e que é externa às instituições do jornalismo. Ele tem como alvo um grupo heterogêneo de cidadãos que basicamente compartilha da mesma cultura pública, e que usam o jornalismo como uma fonte para participação na política e na cultura da sociedade. (DAHLGREN, 2009, p. 147, no original em inglês)

Tal definição é absolutamente familiar dentro de certa cultura jornalística, profundamente incorporada a sua retórica oficial. No entanto, ainda que possamos reconhecer esse paradigma, é preciso notar que ele não deixa de possuir um caráter generalista e abstrato. A crise do paradigma certamente só existe porque ele possui tal caráter. Durante muito tempo o modelo foi naturalizado de tal maneira que foi colocado antes de qualquer contingência e multiplicidade; alcançamos, enfim, um momento em que a contingência e a multiplicidade de práticas na cultura midiática são gritantes e ameaçadoras.

Parece fortemente sintomático que a suposta crise do jornalismo seja um tema tão frequente e escandaloso nos EUA – sobretudo em suas escolas de jornalismo –, país que possui um papel central na fundação e manutenção do modelo noticioso e de seus valores. E se a efervescência do debate poderia ser tomada como oportunidade para uma profunda reavaliação do paradigma, para muitos ela é oportunidade para sua reafirmação. E por ser visto como grande guardião da democracia, a crise da imprensa significaria a crise da liberdade, sem a qual todo o sistema democrático se coloca em risco. É o que afirma Starr, em seu artigo curiosamente intitulado *Uma crise inesperada*: “Se levamos a sério a ideia de que uma imprensa independente serve a uma função democrática essencial, seu desgaste institucional pode enfraquecer a própria democracia.” (STARR, 2012, p. 21, no original em inglês)

Em um trabalho sobre as origens da norma da objetividade no jornalismo, Richard Kaplan comenta a supremacia do jornalismo estadunidense no mundo:

Praticantes do jornalismo nos EUA e ao redor do Globo geralmente veem a ética americana do jornalismo como um modelo a ser emulado. Amparada pelo prestígio e pelo poder dos EUA, reforçada por fundações e *think-tanks*, sua ética profissional geralmente aparece como uma *commodity* ideal para exportação. Quando outro jornalismo nacional entra em crise, como aconteceu com os antigos países comunistas, ou se cansa da paixão do partidarismo, a objetividade é proposta como solução. (KAPLAN, 2009, p. 25, no original em inglês)

O que acontece, então, quando é o próprio sistema jornalístico estadunidense que se encontra no eixo da crise? Kaplan não se faz tal pergunta propriamente, mas constata:

A objetividade constitui hoje um senso comum não questionado entre os jornalistas, políticos e públicos, de tal maneira que o remédio proposto tanto por críticos quanto por praticantes para qualquer deficiência da imprensa é simplesmente mais objetividade: menos *bias*, mais fatos. (ibid. p. 26, no original em inglês)

Não seria isso justamente o que presenciamos? No entanto, se investigamos a maneira como a sociedade estadunidense (não só a comunidade acadêmica ou jornalística) lida com a historicidade do jornalismo que lhe é tão caro, rapidamente percebemos que o débito histórico não se caracteriza por um simples esquecimento de suas origens. Ao contrário, um dever de memória é algo fortemente característico dentro das relações culturais e morais nos EUA. A reverência constante aos eventos, personagens e instituições que fundaram sua maneira de conceber (e regular) a imprensa surge como uma instigante característica no regime discursivo que constitui o paradigma noticioso. É para essa reverência, em um momento tão eferescente como esse, que convocamos a atenção. Nossa preocupação, obviamente, ultrapassa as fronteiras dos EUA e as páginas dos jornais estadunidenses. No entanto, é preciso reconhecer suas particularidades, encará-la de maneira encarnada, para que possamos, inclusive, nos posicionarmos diante deles e compreender nossa própria cultura jornalística.

Dos inúmeros monumentos erguidos ao jornalismo nos EUA, basta que elenquemos um deles como porta de entrada ao universo tão celebrado de uma noção da imprensa e seu suposto papel não só nos EUA, mas nas sociedades democráticas para as quais eles serviriam (ou deveriam servir) como exemplo. O exercício pode ser bastante esclarecedor no destrinchar de uma cultura jornalística, suas crenças e normas, não a partir de sua história propriamente dita, mas do pensamento histórico que lhe possibilita. Não se trata, pois, de um esforço sistemático de rastreamento dos momentos-chave na história do jornalismo estadunidense ou de uma crítica direta ao paradigma dominante; trata-se do reconhecimento de como a história é incorporada concretamente

em lugares simbólicos estratégicos para a (re)afirmação do paradigma, e seu questionamento operado de maneira transversal.

É nesse lugar, esmiuçando significações possíveis no encontro com os monumentos do jornalismo, que promoveremos as indagações que nos movem: como um conjunto de monumentos se associa à prática e à ética jornalística nos EUA? Que coerência oferecem a elas? Em que medida eles se articulam com uma história, uma moral e uma filosofia política nos EUA? Que relações de saber e de poder se constituem nesse processo? Como o pensamento histórico é movido na busca de uma origem e na formulação de um paradigma dominante?

### Pedras fundamentais



Jefferson, Columbia University

Impondo-se na entrada de um dos prédios da Columbia University, em Nova York, está a estátua de bronze de Thomas Jefferson, bem à frente dos dizeres que anunciam: “Faculdade de Jornalismo”, “Fundada por Joseph Pulitzer – 1912”. A presença da estátua ali

é perfeitamente mesclada à paisagem geral de arquitetura neo-clássica do campus da universidade, somada a tantos outros nomes monumentais que se espalham por seus prédios – a alguns metros dali, a biblioteca principal do campus (a Butler Library) estampa em sua faixa os nomes de Heródoto, Sófocles, Platão e alguns outros pilares maiores do conhecimento. Não exatamente próximos dali, mas intimamente interconectados, estão os edifícios de várias das maiores instituições jornalísticas do mundo, sede dos futuros profissionais da “J-School” (assim se espera). Enquanto isso, jornalistas do *New York Times*, da *CNN*, da *New Yorker*, da *Forbes*... vêm ocupar as mesas nas frequentes conferências no auditório “World Room” – em referência ao famoso diário de Pulitzer, o *New York World*.

No campus da Columbia, a cada passo, somos lembrados que estamos em uma das universidades mais tradicionais do mundo, cuja intensa produção intelectual se articula a uma longa tradição de grandes pensadores da história ocidental, enraizada em um país que reconhece o tempo todo sua própria supremacia em todos os âmbitos possíveis, em uma cidade marcada pelo superlativo e pelo cosmopolismo. Naquele prédio em particular, Jefferson recebe todos (não somente alunos, professores e funcionários, mas mesmo turistas que circulam por ali com tours organizados pela universidade) que chegam a uma das mais antigas instituições de ensino superior na área de jornalismo, a única escola de jornalismo dentro da Ivy League (liga de universidades de excelência nos EUA, composta por oito instituições).

Tal cenário é intensamente pregnante de significações históricas importantes que merecem ser esmiuçadas. Para isso, consideremos dois núcleos: primeiro, partimos da figura de Jefferson, o papel que ele ocupa no imaginário nacional, em companhia de outros nomes importantes da história da Revolução Americana; segundo, a própria escola de jornalismo da Columbia e sua relação com Joseph Pulitzer.

## Pais Fundadores<sup>2</sup>

Foi Thomas Jefferson quem, em 1787, proferiu a famosa declaração: “Se coubesse a mim decidir se deveríamos ter um governo sem jornais ou jornais sem um governo, eu não hesitaria por um momento em preferir o segundo.” Tal declaração é, certamente, o pilar que sustenta a estátua do Pai Fundador diante da J-School.

<sup>2</sup> Expressão oficialmente usada para se referir aos líderes políticos que, no fim do século XVIII, encabeçaram a Revolução Americana e cunharam documentos tais como a Declaração de Independência e a Constituição dos EUA.

Como afirma o pesquisador do jornalismo J. Herbert Altschull (1990), as palavras de Jefferson, a essa altura indelevelmente escritas nos corações dos jornalistas americanos, estão exibidas em cartazes nas paredes de editores por todo o país.

Através dos anos, Jefferson tem sido citado talvez mais frequentemente que qualquer outra figura política na história do país. O que ele acreditava (ou, mais precisamente, *o que se diz que ele acreditava*) tem sido endossado pelos americanos por 200 anos, tanto por jornalistas quanto por qualquer um. Se então Jefferson acreditava em tais coisas, assim como prega o dogma nós também deveríamos. (Altschull, 1990, p. 116, no original em inglês, grifos nossos)

Mas Altschull se pergunta: no que exatamente Jefferson acreditava? O autor pondera que a famosa declaração foi escrita antes que Jefferson se tornasse presidente; foi o mesmo Jefferson que depois de dois anos na presidência incitaria os estados a conduzir atos que freassem os licenciosos abusos da imprensa de oposição.

Os escritos de Jefferson ilustram que não somente os presidentes posteriores são inconsistentes em diferentes épocas da carreira. Em seus primeiros anos de presidência, para o público, ele exaltou a imprensa como um poderoso agente da liberdade, e que, mesmo quando sua artilharia foi armada contra sua própria administração, ela não deveria ser censurada a não ser pela opinião pública. No entanto, nas páginas privadas de sua correspondência em anos de maturidade, Jefferson regularmente atacava os excessos e a licenciosidade da imprensa americana. (ibid. p 114, no original em inglês)

É importante notar que, ainda que fortemente influenciado pelo pensamento europeu do Iluminismo, como todos os Pais Fundadores, as preocupações iniciais de Jefferson voltavam-se para o conflito de uma nova comunidade contra uma autoridade externa. Para eles, o

apelo à liberdade e à livre expressão desempenhava um papel político estratégico. Nas novas colônias, a imprensa tinha como missão unificar os estados e lutar, por meio da palavra impressa, contra a censura bem como contra qualquer outra forma de restrição.

Como aponta Altschull, o apelo à total igualdade e liberdade de expressão dos revolucionários, no entanto, não se aplicava, por exemplo, quando os próprios Pais Fundadores censuravam os escritos dos Tory, partido britânico de tendência conservadora cujo ponto de vista era simplesmente considerado indigno de expressão. Isso, obviamente, sem considerar a completa desconsideração pelos negros – muitos dos Pais eram, inclusive, detentores de escravos.

Traços de contradições podem ser encontrados também nos escritos de outro ilustre estadunidense. Benjamin Franklin, que entre outros ofícios trabalhava como editor, escreveu em sua conhecida carta de 1731 sobre e para os outros editores da colônia:

Editores são instruídos na Crença de que quando Homens diferem em Opinião, ambos os Lados devem igualmente ter a Vantagem de serem ouvidos pelo Público; e que quando a Verdade e o Equívoco encontram-se em Jogo limpo, o primeiro sempre ganha do segundo: Portanto eles alegremente servem a todos os Escritores argumentadores que os paguem bem, sem considerar em qual lado eles estão da Questão em Disputa. (FRANKLIN, s/p, no original em inglês)

Na mesma carta, Franklin também dita que as contribuições dos jornais devem sempre exibir bom gosto e evitar difamação. Michael Schudson (2001), para quem a carta de Franklin é uma “profusão de contradições” (p. 153, no original em inglês), destaca que o editor claramente exercitava seu julgamento mesmo quando negava que o fazia. Schudson afirma ainda que “é claro que Franklin possuía uma estatura heroica; e ninguém duvida que a imagem de tão distinto cidadão como escritor e editor ajudou a estabelecer a auto-imagem dos jornalistas como homens de estatura.” (p. 106, no original em inglês). Além disso, Schudson chama atenção para as determinações fortemente comerciais que perpassam todo o pensamento de Franklin, e não se surpreende que “Ben” tenha tido tão próxima relação com Adam Smith

– para o pesquisador, Franklin é a própria personificação do espírito do capitalismo.

Sobre a importância de Franklin, Altschull afirma que os jornalistas estadunidenses nunca deixaram de se amparar sobre o estandarte da verdade que Franklin levantou enquanto jovem, e que eles não hesitaram, em seu nome, em acusar de inimigos da liberdade aqueles que ousaram lhes impor restrições: “[...] é como se o alcatrão e a pena estivessem agora em suas mãos. Fechar o cerco diante de qualquer ação que eles veem como uma restrição à sua busca pela verdade se tornou uma resposta automática para os jornalistas americanos.” (ALTSCHULL, 1990, p. 108, no original em inglês)

Foi por causa dos Pais Fundadores, também, que o apelo à liberdade de expressão ganhou um poderosa insígnia: a Primeira Emenda, tão largamente reverenciada e repetida nas mais diversas circunstâncias dos discursos da democracia estadunidense, que dita que o congresso é impedido de criar qualquer lei que restrinja o exercício livre da expressão e da imprensa – entre outras liberdades fundamentais, como a de religião. A cláusula número um da Carta dos Direitos escrita no pós-revolução – que na realidade só alcançou tal posto porque as duas cláusulas anteriores a ela não foram ratificadas –, tão absolutamente soberana e total, tornou-se a menina dos olhos da retórica jornalística nos EUA. Entretanto, ignora-se quase sempre que em sua “origem”, ela estava longe de possuir a força e as significações que ganhou historicamente.

“É difícil ter certeza sobre o que se passava na mente dos Pais Fundadores quando eles formularam o compromisso da Primeira Emenda”, chega a afirmar Altschull (p. 119, no original em inglês), considerando ele mesmo o diagnóstico do historiador Zechariah Chafee de que não se tinha mesmo uma ideia muito clara sobre o que se queria dizer com liberdade de expressão ou de imprensa. Altschull comenta que ainda hoje profissionais e acadêmicos do jornalismo, da filosofia política e do direito continuam em debate sobre a questão, e chegam sempre a diferentes interpretações.

Como comenta o legalista Akhil Reed Amar (1998) ao destrinchar as circunstâncias da criação da Carta de Direitos, é preciso notar, em primeiro lugar, que os interesses que guiavam sua criação eram fortemente majoritaristas. Mais uma vez a expressão de minorias não populares, como os testemunhas de jeová e os comunistas, não era bem-vinda em absoluto – destoando-se dos vários chamados à Primeira Emenda feitos posteriormente por grupos minoritários em busca de seus direitos. Além disso, Amar destaca que a emenda tem efeito

sobre o congresso nacional, não possuindo força sobre os governos dos estados. Interessante notar que, em momento de recente independência, a Primeira Emenda era estratégica no sentido de preservar a liberdade dos estados diante de possíveis restrições externas: dessa vez do próprio governo federal. Hoje, portanto, o universalismo que ganhou o uso do texto original é evidentemente diferente daquele que o motivou.

Curiosamente, em um país cujo sistema jurídico é baseado em um modelo costumeiro, *não dogmático, histórico* e não codificado do direito, é comum que os cidadãos e as jurisprudências reconstruam dia a dia as bases para os julgamentos nos EUA. Isso não significa, no entanto, que exista uma consciência histórica em pleno funcionamento na cultura estadunidense. Muitas vezes, como se vê, o dogmatismo é fortemente o motor das retóricas nas relações de poder.

Todavia, mesmo estudiosos que se dedicam ao desbravamento das contingências históricas das “origens”, particularmente as da imprensa estadunidense, e que possuem uma noção clara da incoerência e dos paradoxos históricos, são frequentemente tomados por uma necessidade de ordenação e de preenchimento das lacunas. É o caso do próprio trabalho de Altschull, que diante da impossibilidade da coerência, tenta ele mesmo limpar o terreno, chegar a denominadores comuns e cristalizar sínteses. É de se ressaltar que seu livro tem como alvo estudantes de jornalismo, e se propõe como que uma cartilha das bases do pensamento filosófico jornalístico, “de Milton a McLuhan” – mais do que problematizar, é preciso ensinar, portanto. Seu livro, ao cabo, um monumento ao jornalismo estadunidense, é ele próprio objeto de sua constatação: “As lendas do passado, por mais antigas que possam parecer, não são significativamente enfraquecidas por imprecisão. Aliás, a própria improbabilidade da lenda pode torná-la ainda mais forte.” (ALTSCHULL, 1990, p. 102, no original em inglês)

## O legado de Pulitzer

Em 2003, no centenário da fundação da J-School na Columbia University, o historiador James Boylan publicou o livro *Pulitzer's School*, um esforço de realizar um balanço da história da escola. Boylan nos conta:

Cem anos atrás, um bem-sucedido e neurastênico editor de jornal, Joseph Pulitzer, e um autocrático presidente da Ivy League, Nicholas Murray Butler, [o mesmo Butler que hoje empresta o

nome à biblioteca central da universidade,] assinaram um tratado entre duas partes contenciosas, em troca de uma contribuição de dois milhões de dólares. (2003, p. 1, no original em inglês)

Até então, nos conta Boylan, a instrução formal em jornalismo, quando existia, era isolada a “bucólicas universidades estatais” (ibid., p. 1, no original em inglês), geralmente como um conteúdo eletivo oferecido por departamentos de inglês. “Nenhuma universidade de elite havia ousado ensinar jornalismo como disciplina. Tampouco nenhum editor correu o risco de se expor ao ridículo de remover o aprendizado dos jornalistas dos escritórios dos jornais para um estéril ambiente acadêmico” (ibid., p. 1, no original em inglês)

Naquele momento, ao dar as mãos à academia, o jornalismo dava um de seus passos definitivos para se tornar um dos guardiões do saber moderno. O método, a verdade e a legitimidade da ciência passaram a fazer ainda mais parte da sua rotina discursiva. Com tal investimento, Pulitzer tentava agregar à prática jornalística um novo nível de status cultural e político. Em sua carta pública na ocasião de fundação da escola ele dizia:

Minha ideia é reconhecer que o jornalismo é, *ou deveria ser*, uma das grandes profissões intelectuais; encorajar, elevar e educar em uma maneira prática os presentes e, *mais ainda, os futuros membros* dessa profissão, exatamente como se ela fosse a profissão do direito ou da medicina... Por que não ensinar coisas que todo jornalista *deveria* deve aspirar a saber, uma fácil oportunidade para adquirir aquilo que *elevaria o tom e o orgulho profissional*? Por que não ensinar, por exemplo, política, literatura, administração pública, princípios constitucionais e tradições (americanas especialmente), história, economia política; além da história e do poder da opinião pública e do serviço público, ilustrados por exemplos concretos, mostrando a missão, o dever e a oportunidade da Imprensa como uma *professora da moral*? (PULITZER apud BOYLAN, 2003, p. 4, no original em inglês, grifos nossos)

No entanto, é claro que Pulitzer tentava, com a iniciativa, conquistar respeito e pavimentar seu legado. O *New York World* (e ele próprio) teve sua reputação fortemente abalada, sobretudo com a polêmica cobertura que o jornal fez da Guerra Hispano-Americana de 1898. Além disso, o *World* e seu “*yellow journalism*” já vinham sofrendo um intenso declínio de popularidade e de prestígio, sobretudo em relação ao *New York Times*, que se tornava o grande guardião do discurso da objetividade e do profissionalismo. Hoje, os feitos, sucessos e insucessos parecem muito menos importantes do que o ideal no qual Pulitzer apostou para deixar como marca.

O êxito de tal estratégia se deve, em grande medida, ao atendimento de uma das exigências que Pulitzer fez quando investiu na escola: a criação de uma premiação que celebrasse os maiores exemplos de excelência no jornalismo nos EUA. A instituição dos Pulitzer Prizes, com um comitê organizado pela J-School, e sua escalada na cultura jornalística ao posto de maior prêmio do jornalismo no mundo foi algo importantíssimo para a afirmação de critérios simbólicos e formais, valores e normas. Hoje, os Pulitzer são uma das nove premiações promovidas pela J-School. Não deixa de ser irônico, no entanto, que o maior monumento de reconhecimento em excelência dentro de um modelo de jornalismo, que prima pela isenção e pela verdade, leva o nome do responsável pela existência da pejorativa expressão “*yellow journalism*”.

É importante notar que muitos dos valores afirmados direta ou indiretamente pelos prêmios já vêm sendo, há muito tempo, fortemente criticados, inclusive dentro da academia; isso não impediu que, na abertura dos seminários dos Pulitzer Prizes (conferências anuais de ganhadores do prêmio ao alunado da J-School), o diretor do prêmio Sig Gissler introduzisse os palestrantes da seguinte maneira:

O Pulitzer Prize é o maior prêmio no jornalismo, e frequentemente me perguntam como se conquista um. Hoje responderemos um pouco tal questão. Descobriremos como um jornalista ganhou um Pulitzer *desenterrando uma história que estava só esperando para ser contada*. (GISSLER, 2013, no original em inglês, grifos nossos)

Seria certamente leviano afirmar, com isso, que há uma adesão irrefletida do professor à tão problemá-

tica crença na prática objetiva e no fato como fonte (e produto) do jornalismo. A fala, no entanto, proferida de tal maneira e em tal lugar de distinção é fortemente indicativa do modo como os discursos da objetividade e da factualidade continuam constituindo importantes vetores para a sustentação do paradigma noticioso.

Além disso, a fala de Gissler parece ser altamente dissonante dos méritos de um jornalista humanista, de intelectualidade altamente refinada, tal como defendia Pulitzer. Não é de se estranhar, no entanto, que o projeto pedagógico que carregava tal ideal foi logo abandonado pela escola. Boylan nos conta:

Como o curso foi reduzido a um currículo de dois anos na década de 1920, a ideia das artes liberais adaptadas para o jornalismo se reduziram, e foram substituídas por treinamentos mais técnicos, ou mesmo por trabalhos remunerados (que rendiam o acúmulo de créditos). A visão de Pulitzer, da maneira como foi realizada nos primeiros anos da escola, sumiram; ela era muito estrênuo e muito cara. (BOYLAN, 2003, p. 251, no original em inglês)

Em seu trabalho, Boylan se propõe a verificar se a J-School fez jus à visão original de Pulitzer, e se ela permanecia relevante às necessidades dos jornalistas do início do século XXI. Logo no começo do trabalho, ele já constata que, sobrevivendo a qualquer tipo de crítica ou crise, a escola se manteve como uma presença de peso na comunidade jornalística mundial. Em sua conclusão, ele coroa:

Ainda que o legado de Pulitzer seja agora somente uma porção menor do sustentáculo da escola, ainda que as palavras de Pulitzer tenham sido escritas no contexto de um século atrás, e ainda que seu conceito de escola omnididática tenha há tempos caído no esquecimento, ele ainda sustenta a escola como herança de Pulitzer, tão certo como se o prédio ou a instituição fossem nomeados a ele. Ele deu partida a seu caminho, e mesmo em seus dias mais fastidiosos ela partilhou de seu exemplo e sua energia. Ela

somente o desapontou quando esteve aquém da expansividade de sua visão. (ibid., p. 255, no original em inglês)

Mais produtivo para nós, no entanto, é notar que, ao longo do trabalho, Boylan esteve muito próximo das arestas e da complexidade do processo histórico da J-School. Parece-nos muito mais rico frisar, ainda que em linhas gerais, o que Boylan chega a reconhecer sobre a faculdade:

Ela já foi vista como uma metáfora – ou um epíteto – para a educação em jornalismo. Ela já foi honrada como a portadora do padrão de ouro em seu campo e condenada como uma fraude; ela já foi valorizada como uma incubadora de jornalistas que alcançaram o topo de sua profissão, e reduzida a reservatório para os medíocres. Ela já foi vista como uma definidora de padrões e guardiã da ética; ela já foi condenada como a cidadela do *establishment*. (ibid., p. 2, no original em inglês)

## Desmonumentalização

Para concluir nosso percurso que começou com um monumento particular, mencionemos rapidamente um último grande monumento, que reúne vários outros deles no coração monumental da democracia estadunidense: o Newseum, museu do jornalismo (ou do mundo visto pelos olhos de certo jornalismo estadunidense) erguido em Washington D.C. em 2008. Recuperemos aqui apenas o vídeo especialmente produzido para ser exibido em sua inauguração, uma edição especial do programa humorístico *The Colbert Report*, na qual o apresentador do falso telejornal Steven Colbert diz que o nome do museu deveria ser repensado. Diante da emergência de outras expressões midiáticas que passaram a concorrer com o jornalismo, ele sugere a troca para “Newssoleum”.

As coisas só vão parar em museus quando não há mais uso para elas. O *Air and Space Museum* é um exemplo perfeito: assim que pousamos na Lua, a corrida espacial acabou. Poderíamos até depender Neil Armstrong no teto. Por isso, a construção desse museu marca o fim

das notícias. Nós não precisamos mais delas. (COLBERT, 2014, s/p, no original em inglês)

A piada, é claro, criada para tal ocasião, pretende-se sarcástica no sentido de reforçar a importância do jornalismo noticioso – ora, seria patético imaginar uma sociedade sem jornalismo! No entanto, ela não é tão engraçada se levada a sério, se servir para nos perguntarmos: precisamos mesmo do jornalismo, tal como o conhecemos ou acreditamos conhecer? Em que medida ele já não esteve sepultado, uma vez que suas práticas, suas narrativas, sua pluralidade e suas incoerências – ou no mínimo sua eterna incapacidade de cumprir integralmente seu próprio conjunto de normas – nunca garantiram sua realização exatamente como imaginássemos ou quiséssemos? Nos corredores do Newssoleum, seus artefatos espalham-se absolutamente silenciados, ou obrigados a se posicionarem em função de uma justificativa, de uma afirmação ideológica. John Milton, Thomas Paine, John Locke, mesmo Aristóteles estão ali expostos, absolutamente destituídos de suas existências e suas urgências em função de valores monumentais que eles passam a representar.

E se exploramos ainda mais a radicalidade da provocação: sendo a própria democracia a grande ameaçada com a crise do jornalismo, em que medida precisamos insistir em sua manutenção, tal qual ela vem sido concebida? Se historicamente podemos perceber que o jornalismo é um poço de contradições, que seu paradigma dominante, por mais forte que seja, está erguido sob uma fundação absolutamente frágil e em um terreno fértil de conflitos, por que não poderíamos estender a mesma suspeita à integridade e razoabilidade de um paradigma democrático dominante?

É inspiradora a análise de Jacques Rancière (1995) sobre a democracia estadunidense tal como compreendia pelo que ele chama de “utopias sociológicas”, particularmente encarnada nos escritos seminais de Tocqueville, que vislumbra “a utopia da democracia exatamente semelhante à sua ausência, do visível absolutamente exposto/absolutamente opaco: a democracia insensata ou anestesiada, portanto ‘boa.’” (p. 200) Para Rancière, pode-se muito melhor entender a complexidade da democracia nos EUA nas ficções que nela se produziu, nos escritos de Edgar Allan Poe e Nathaniel Hawthorne – neles encontramos a “má” democracia, o “ponto sempre crítico entre o aparecimento e o desaparecimento do múltiplo, sua inocência e sua culpa, sua

verdade e sua inverossimilhança” (p. 201). É nesse jogo entre luz e sombra que apostamos numa também “má” história para a desconstrução de utopias, sejam elas democráticas, jornalísticas, ou as do jornalismo que tem tal democracia como sujeito e objeto. Somente quando profanamos, desmistificamos o jornalismo, podemos realmente compreendê-lo e agir nele. Em um breve esforço, podemos descobrir que a história é cheia de contradições fascinantes, que por vezes parecem ser indesejáveis e inconvenientes, pois colocam em crise um paradigma que se deve sustentar sobre a égide da ordem.

É necessário encarar e assumir toda sua concreitude, falibilidade e incoerência, dar-lhe corpo e sangue, algo que o olhar histórico pode tanto nos oferecer. Não a história monumental, é claro, cujos excessos foram tão criticados por Nietzsche, a partir da qual espera-se “[q]ue os grandes momentos na luta de indivíduos formam uma cadeia, que neles os pontos altos da humanidade estão ligados pelos milênios, que o que há de mais elevado em cada momento do passado distante esteja para mim ainda vivo, brilhante e grandioso” (NIETZSCHE, 1980, p. 15, no original em inglês). Há de se questionar, ainda, quão grandiosos são aqueles em cujos ombros repousamos, mas que deles sugamos toda a vida. Era em função de uma crítica a certo modo do pensamento histórico que transformava os seres humanos em padrões historicamente educados, abstrações concretas, reverberantes passividades, que Nietzsche defendia: “Nossa necessidade de história é diferente daquela do mimado ocioso no jardim do conhecimento, ainda que ele em seu refinamento despreze nossas rudes e deselegantes necessidades” (ibid. p. 1, no original em inglês).

Nietzsche dava início ao projeto de vida que se desdobraria em sua concepção de genealogia, tão intensamente explorada por Foucault, e que tão fortemente vem alimentar nosso empreendimento. Lembremos como Foucault destaca a maneira como o pensamento nietzschiano desconstrói desenvolvimentos lineares e suspeita da perenidade das ideias, ri das solenidades da origem. A genealogia, portanto,

[...] deve registrar a singularidade dos eventos fora de qualquer monótona finalidade: deve buscá-los nos mais improváveis lugares, que tendemos a considerar desprendidos de história – em sentimentos, amor, consciência, instinto; deve ser sensível a suas ocorrências, não para traçar uma curva gradual de

sua evolução, mas para isolar as diferentes cenas nas quais eles se engajam com diferentes papéis. Finalmente, a genealogia deve definir até mesmo aquelas instâncias quando eles parecem ausentes, no momento em que eles permaneceram irrealizados (FOUCAULT, 2013, p. 76, no original em inglês)

Por detrás de tantos códigos e manuais, o jornalismo irrealizado aguarda para ser explorado. O breve esforço aqui empreendido é somente uma tentativa de aproximação a possibilidades que se abrem diante de nós. Genealogicamente assaltado, perfurado e ocupado, o jornalismo perde então seu caráter de disciplina e se torna efetivamente um fenômeno comunicacional. Desmonumentalizado, enfim, ele ganha efetivamente a possibilidade de possuir história, aquela que não preserva a vida, mas que a gera.

## Referências bibliográficas

- ALMIRON, Núria. *Journalism in crisis: corporate media and financialization*. Cresskill: Hampton Press. 2010.
- ALTSCHULL, J. Herbert. *From Milton to McLuhan: the ideas behind American journalism*. Boston: Ally & Bacon, 1990.
- AMAR, Akhil Reed. *Bill of Rights*. New Haven: Yale University Press, 1998.
- BOYLAN, James R. *Pulitzer's School*. New York: Columbia University Press, 2003.
- COLBERT, Steven. *Newseum opening ceremony – Steven Colbert clip*. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=3pjjXXrALsU>. Acesso em 01 fevereiro 2014.
- DAHLGREN, Peter. The troubling evolution of journalism. In: ZELIZER, Barbie (org.). *The changing faces of journalism: tabloidization, technology and truthiness*. New York: Routledge, 2009. p 146-160
- FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, genealogy, history*. Disponível em <http://www.ucdenver.edu/academics/colleges/CLAS/Departments/philosophy/Students/Documents/'Nietzsche,%20Genealogy,%20History'%20by%20Michel%20Foucault.pdf>. Acesso em 10 outubro 2013.

FRANKLIN, Benjamin. *Apology for printers*. Disponível em <http://www.humanities.uci.edu/history/ucihp/Partnershipsandpresentations/BenFranklinW11/Benjamin%20Franklin%20Apology%20for%20Printers%20Context%20Activity.pdf> Acesso em 01 fevereiro 2014.

FULLER, Jack. *What is happening to news: the information explosion and the crisis in journalism*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

GISSLER, Sig. Comunicação pessoal, 22 de outubro, 2013.

GROTH, Otto. *Die Zeitung*. 4 Bde. Mannheim.1928-30.

KAPLAN, Richard L. The origins of objectivity in American journalism. In: ALLAN, Stuart (org.). *The Routledge Companion to News and Journalism Studies*. London: Routledge, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *On the advantage and disadvantage of history for life*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: 34, 1995.

SCHLESINGER, Philip. Is there a crisis in British journalism? *Media Culture Society*. Março 2006, vol. 28 no. 2, p 299-307

SCHUDSON, Michael. The Objectivity norm in American journalism. In: *Journalism 2.2*. 2001, p 149-70

STARR, Paul. An unexpected crisis: The News Media In Postindustrial Democracies”, *International Journal of Press/Politics*. Abril 2012. p 1-9

YOUNG, Sally. The Journalism “crisis”: is Australia immune or just ahead of its time? *Journalism Studies*, Março 2010. vol. 11, no. 4, p 610-624